

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2828561820200901110454

Processo 0813919-79.2020.8.23.0010 ☆ - (95 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes	Movimentações	Apensamentos (0)		Vínculos (0)	
Realces									
Realçar Movimentos de:		<input type="checkbox"/> Magistrado	<input type="checkbox"/> Servidor	<input type="checkbox"/> Advogado	<input type="checkbox"/> Membro MP	<input type="checkbox"/> Defensor	<input type="checkbox"/> Procurador	<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Audiência
Ocultar Movimentos:		<input type="checkbox"/> Inválidos	<input type="checkbox"/> Sem Arquivo	<input type="checkbox"/> Hab. Provisória					
Filtros									
Movimentado Por:		<input type="checkbox"/> Advogado	<input type="checkbox"/> Defensor Público	<input type="checkbox"/> Entidades Remessa	<input type="checkbox"/> Magistrado	<input type="checkbox"/> Procurador	<input type="checkbox"/> Servidor		
Sequencial(Intervalo):		<input type="text"/>	ao	<input type="text"/>	Data do Movimento(Período):		<input type="text"/>	à	<input type="text"/>
Descrição:		<input type="text"/>							
33 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 33									
500 por pág. 1									
Seq.	Data	Evento				Movimentado Por			
	33	01/09/2020 11:04:54	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
<div>33.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2725665IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf Público</div>									
	32	26/08/2020 16:06:41	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 26/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020) e ao evento de expedição seq. 31.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	31	24/08/2020 10:58:28	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)				Arielly Né de Almeida Estagiária		
	30	24/08/2020 10:58:28	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)				Arielly Né de Almeida Estagiária		
	29	24/08/2020 10:58:20	JUNTADA DE LAUDO				Arielly Né de Almeida Estagiária		
	28	24/07/2020 00:06:15	DECORRIDO PRAZO DE ARIVALDO MARQUES DA COSTA (P/ advgs. de ARIVALDO MARQUES DA COSTA *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 11.				SISTEMA CNJ		
	27	15/07/2020 00:04:26	DECORRIDO PRAZO DE ARIVALDO MARQUES DA COSTA (P/ advgs. de ARIVALDO MARQUES DA COSTA *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 15.				SISTEMA CNJ		
	26	13/07/2020 12:10:29	LEITURA DE MANDADO REALIZADA MANDADO lido em 13/07/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 23) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (05/07/2020 20:20:32). Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA				EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária		
	25	12/07/2020 19:27:37	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 23) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (05/07/2020 20:20:32). Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA				Leandro Sales Veras Oficial de Justiça		
	24	06/07/2020 11:20:04	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 23) em 05/07/2020 20:20:32. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: Leandro Sales Veras. Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA				MANUELLA DE OLIVEIRA PARENTE Servidora Central de Mandados		
	23	05/07/2020 20:20:32	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO(23/06/2020 15:10:09). Natureza: Intimação. Parte: ARIVALDO MARQUES DA COSTA. Identificador do Cumprimento: 0002				EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária		
	22	05/07/2020 20:00:10	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: PEDRO DI GIOVANNI habilitado até 03/10/2020 (90 dias)				EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária		
	21	04/07/2020 00:05:11	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 03/07/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 15.				SISTEMA CNJ		
	20	01/07/2020 00:00:02	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA) em 30/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 11.				SISTEMA CNJ		
	19	29/06/2020 23:00:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	18	29/06/2020 22:58:47	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020)				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	17	24/06/2020 09:59:40	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/06/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 10) EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO (20/06/2020) e ao evento de expedição seq. 12.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	16	24/06/2020 09:59:40	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/06/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020) e ao evento de expedição seq. 14.				JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
	15	23/06/2020 15:10:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ARIVALDO MARQUES DA COSTA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)				Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária		
	14	23/06/2020 15:10:14	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 13) JUNTADA DE CERTIDÃO (23/06/2020)				Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária		
	13	23/06/2020 15:10:09	JUNTADA DE CERTIDÃO				Adahra Catharinie Reis Menezes Analista Judiciária		
	12	20/06/2020 02:48:26	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15				EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08139197920208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ARIVALDO MARQUES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAL0773**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Verifica-se que o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que o mesmo deixou de sanear tal pendência, MESMO COM AS NOTIFICAÇÕES ENVIADAS PELA RÉ, acarretando no cancelamento do sinistro, não cumprindo as exigências da Lei que regula a matéria, bem deixando de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito graduou a lesão avaliada e utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Entretanto, conforme apresentado na peça de bloqueio, não há que se falar em indenização a parte autora, haja vista a vítima ser proprietário do veículo, motivo pelo qual a seguradora não possui a obrigação de indenizar.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 31 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR